

Mulher, Estado e reprodução: esterilização em Porto Rico

MARCELA PILOTO DE PROENÇA

LINCOLN SECCO

RESUMO: Este trabalho investiga a relação entre as esterilizações de mulheres em Porto Rico – como forma de controle populacional – e as necessidades econômicas ditadas pelo imperialismo estadunidense na ilha. A massificação das esterilizações se deu a par e passo com o desenvolvimento industrial patrocinado pelos EUA, a partir de 1947. Além disso, apontamos o papel das concepções eugênicas e neomalthusianas como ideologias que guiaram esse processo.

Palavras-chave: Porto Rico. Mulheres. Esterilização. Imperialismo. Industrialização.



Woman, State, and reproduction: sterilization in Puerto Rico

ABSTRACT: This paper investigates the relationship between sterilizations of women in Puerto Rico – as a form of population control – and the economic needs dictated by US imperialism on the island. The massification of sterilizations went hand in hand with the industrial development sponsored by the US, beginning in 1947. In addition, we point to the role of eugenic and neo-Malthusian conceptions as ideologies that guided this process.

Key words: Puerto Rico. Women. Esterilization. Imperialismo. Industrialization.

MARCELA PILOTO DE PROENÇA

Graduanda em História pela
Universidade de São Paulo (USP).
Email: marcela.proenca@usp.br

LINCOLN SECCO

Professor de História contemporânea
na Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: lsecco@usp.br

RECEBIDO: 02/07/2020

APROVADO: 15/02/2021

Introdução

O controle reprodutivo foi uma preocupação de diversas épocas históricas, fosse para o incentivo do crescimento demográfico ou para o controle do aumento populacional. A primeira metade do século XX apresentou as maiores taxas de crescimento populacional global; como consequência, decorreram-se inúmeras práticas de controle reprodutivo adotadas pelos Estados em todo o mundo. Nesse cenário, a esterilizações de mulheres foi uma prática recorrente no último século, revelando uma das formas pelas quais o Estado e a sociedade governam os corpos femininos¹.

A pequena ilha de Porto Rico apresenta o maior caso de esterilização em massa: em 1968, cerca de um terço das mulheres estavam operadas. O procedimento, enquanto política oficial de Estado, teve início com a aprovação da Lei 136, em maio de 1937, que tornava legal a esterilização eugênica (PORTO RICO, 1937). Tal medida precisa ser compreendida dentro de um espectro mais amplo de outros decretos de mesmo sentido nos Estados Unidos².

Em 1907, o estado da Indiana aprovou a primeira lei de esterilização eugênica no mundo. Nos anos seguintes, vários outros estados dos EUA seguiram o mesmo caminho, e, em 1927, a Corte Suprema estadunidense sustentou a constitucionalidade das Leis de esterilização (U.S., 1927). A partir de então, o fenômeno difundiu-se por todo território dos Estados Unidos: no início da década de 1930, havia leis de esterilização em mais de 30 estados. Dez anos mais tarde, aprovou-se a lei 136 de Porto Rico que, desde 1898, estava sob domínio estadunidense.³

1 No que diz respeito ao crescimento populacional global, a maior taxa anual de crescimento foi registrada em 1962, correspondente a 2,1% (OUR WORLD IN DATA, 2019). As esterilizações femininas foram recorrentes no século XX; como veremos, apenas nos Estados Unidos houve leis de permissão do procedimento em mais de 30 estados. Até os dias de hoje, a contracepção através da esterilização feminina continua sendo um dos métodos mais utilizados do mundo (DÓNMEZ, 2018, p. 79).

2 Conforme argumentam as autoras Bonnie Mass e Melissa Gormley, Porto Rico é o território com a maior proporção de mulheres em idade fértil esterilizadas em todo o mundo (GORMLEY, 1995, p. 129; MASS, 1977, p. 78).

3 Sobre a aprovação de leis de esterilização eugênica e sua difusão pelos EUA, ver: STERN, Alexandra Minna, 2016. Para consultar a Lei 136 aprovada em Porto Rico: PORTO RICO. Act n. 116, 15 maio 1937. Disponível em: <http://dspace.cai.sg.inter.edu/xmlui/handle/123456789/10152>.

A emergência dessas leis se dá em um contexto no qual as ideologias eugênicas, tidas como conhecimento científico válido, eram difundidas internacionalmente. Os Estados Unidos, no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foram palco de grandes instituições e organizações eugênicas, tais como Race Betterment Foundation (1913) e o Human Betterment Foundation (1928), além de fazer parte de encontros internacionais como o International Federation of Eugenics Organizations.

Em seus primeiros anos, *la operación*, como ficou conhecido o procedimento cirúrgico em Porto Rico, teve impacto reduzido na sociedade. Entretanto, nos anos seguintes, a par e passo com o desenvolvimento industrial – em 1947, inicia-se um processo de industrialização financiado pelos EUA –, ocorre a massificação da esterilização feminina: em 1948, o número de mulheres esterilizadas era de aproximadamente 7%; em 1953, de 16,5%; e, em 1968, atinge-se a porcentagem de 35,3% de mulheres esterilizadas (CALZADA, 1973).

Porto Rico nos serve, então, como um estudo de caso para uma problemática mais ampla: a relação entre políticas econômicas e direitos reprodutivos, ou ainda, entre acumulação capitalista e subjugação feminina. O caso de Porto Rico é paradigmático não apenas pela quantidade de mulheres esterilizadas, mas também pela sua longa duração, consequências e interesses subterrâneos.

O presente artigo pretende compreender como a esfera da reprodução foi submetida à lógica imperialista de acumulação capitalista e aos discursos eugênicos e neomalthusianos recorrentes nos Estados Unidos. Entendemos, ao longo do processo de pesquisa, que as esterilizações, assim como outras práticas de controle do corpo feminino, são colocadas em prática para atender possíveis necessidades econômicas, mas estão sempre articuladas a um fundo ideológico malthusiano e racista.

O recorte do trabalho tem como marco inicial 1937, ano da ratificação da Lei 136, e como marco final 1968, momento em que a taxa de mulheres esterilizadas atinge seu pico.

Imperialismo estadunidense

A concentração da produção, os monopólios, a exportação de capital e a partilha do mundo entre as grandes potências são constitutivas do conceito de imperialismo enquanto fase particular do capitalismo (LENIN, 1923).

Na virada do século XIX ao XX, as potências usaram tanto o domínio direto quanto o indireto, acompanhado, ocasionalmente, pela política do *Big Stick* de T. Roosevelt. Mas as fronteiras entre as formas da dominação imperialista são imprecisas e, quando necessário, são empregadas pressões comerciais, instalação de bases militares, invasões, golpes e até a incorporação de territórios.

Desde o início do século XX, ocorreram mais de 200 golpes de Estado na América Latina. Ao longo dos séculos XIX e XX, os Estados Unidos intervieram diretamente em países latino-americanos ao menos 85 vezes⁴. A América Latina viveu sob oligarquias, entendidas como alianças entre latifundiários, Igreja e imperialismo britânico – e, depois, pelo estadunidense. Essa classe dominante intermediária não deve ser entendida apenas como resquício do passado, pois adaptou sua forma de dominação aos dinamismos do capitalismo monopolista internacional. Seu domínio foi tradicional, porém não estático (TORRES-RIVAS, 2013).

No entanto, nenhum país da América mantém-se como colônia *sin mas* em pleno século XXI. Quando a jovem deputada socialista do Partido Democrata dos EUA, Alexandra Ocasio-Cortez, foi eleita, deu maior visibilidade a um país submetido a uma dominação sem par no subcontinente latino-americano. Filha de porto-riquenha, ela passou a defender para Porto Rico *the right*

4 Na historiografia, *Indirect rule* é um termo que se refere originalmente à administração imperial britânica, quando ela se utilizava de formações políticas pré-existentes em suas colônias. Extensivamente, pode se referir a uma forma de dominação semicolonial ou indireta, e, até mesmo, à relação entre Estados Nacionais e suas subunidades (GERRING; ZIBLATT; GORP; ARÉVALO, 2011). Roosevelt citou um provérbio africano: “*Speak softly and carry a big stick*” (“Fale suavemente e carregue um grande porrete”). Essa frase tornou-se símbolo da política de intervenções estadunidenses no exterior, conhecida por *Big Stick Policy*. Fonte: Address of Vice President Roosevelt, Minnesota State Fair, Minneapolis, Sept. 2Nd, 1901 (Theodore Roosevelt Collection. MS Am 1834 (1084). Harvard College Library). Cf. MONTEIRO, Leonardo Valente, 2018; GRIMMET, Richard, 2002.

to self-determination, hoje uma espécie de economia colonial pós-moderna que exporta artigos manufaturados praticamente para um único país, que funciona como mercado oligopsonico: os Estados Unidos (RIVERA, 2006).

Como toda a região do Caribe, Porto Rico integra a fronteira imperial onde a dominação externa se exerce de maneira mais crua. Mas, mesmo nessa área geográfica circunscrita, Porto Rico teve um papel singular. Talvez só Cuba tenha se assemelhado, ainda que por algum tempo, já que ambos saíram do Império Espanhol na guerra de 1898 e aboliram a escravidão tardiamente (Porto Rico em 1873 e Cuba em 1886). A Emenda Platt manteve Cuba como um “protetorado” estadunidense até 1933.

Porém, só Porto Rico transitou do domínio colonial mercantilista para o da submissão mais completa ao imperialismo, sem mediações. Houve aí a articulação das instituições de longa duração do colonialismo tradicional com os mecanismos neocoloniais contemporâneos.

A luta de classes não garantiu nem a plena emergência de uma cultura nacional, nem um espaço reconhecido para uma classe trabalhadora que se originou de escravizados, diaristas livres e camponeses expropriados pelo avanço do capital externo na produção de açúcar. Como veremos, a ilha passou por um processo de industrialização subordinada e ampliou a participação feminina na população economicamente ativa de 21,2% em 1950 a 40% em 2010 (RIVERA, 2006). Todavia, sem um amplo processo de sindicalização e de representação própria por meios legais, restou-lhe o Partido Comunista porto-riquenho, fundado em 1934. Contudo, este não pôde ser uma alternativa revolucionária: na situação colonial, ele não poderia obter o reconhecimento de instituições democráticas da metrópole e ainda sofria as consequências do anticomunismo, como aconteceu durante o macartismo.

Porto Rico é, hoje, um território não incorporado dos Estados Unidos e que compreende, além de sua ilha principal, outras pequenas ilhas localizadas no Caribe. Esteve sob o domínio estadunidense desde 1898, quando foram invadidos no contexto da Guerra Hispano-Americana. Como resultado, Porto Rico, Filipinas e Guam, todos pertencentes à Espanha, passaram a pertencer aos Estados Unidos da América.

A Guerra de invasão pode ser compreendida através de motivações econômicas e militares. Em termos de vantagens econômicas, os Estados Unidos estavam altamente interessados nas riquezas do Caribe e, mais ainda, na possibilidade de estabelecer um mercado exclusivo. Em termos militares, foi fundamental para o alargamento do domínio e influência estadunidense (MASS, 1977), ainda que tivesse a oposição de liberais contrários ao imperialismo e sulistas estadunidenses que temiam o aumento do número de negros no país (MALDONADO-DENIS, 1990).

Até a grande crise econômica de 1929, a economia de Porto Rico era absolutamente centrada na exportação de açúcar para os Estados Unidos. Com os efeitos da crise na ilha, passou-se a considerar a necessidade de uma diversificação econômica. Inicialmente, optou-se por uma política de substituição de importações, mas, com o fim da Segunda Guerra, entretanto, foi colocada em prática uma política industrial baseada na exportação e na atração do capital privado estadunidense, que ficou conhecido como *Operation Bootstrap*, em inglês, e *Operación Manos a la Obra*, em espanhol (PANTOJAS-GARCIA, 1990).

A industrialização se deu conjuntamente com um processo de transformação do status político de Porto Rico. Em 2 de março de 1917, com a aprovação da Lei Jones, os porto-riquenhos passaram a ser considerados cidadãos americanos, apesar das limitações, o que permitiu que fossem incorporados ao exército estadunidense para lutar na Primeira Guerra Mundial. Em 1947, inicia-se um processo de renovação e, a partir de negociações entre o governo vigente na ilha e o continente, Porto Rico recebeu, ao fim desse processo, o título de *Commonwealth* ou, em espanhol, *Estado Libre Asociado* (PANTOJAS-GARCIA, 1990).

Nas eleições de 1944, realizadas na ilha, o Partido Democrático Popular (PPD) levou a maioria no Senado, na Câmara dos Deputados e nas prefeituras. Após sua vitória arrebatadora, o Partido começou a demonstrar mais abertamente seu alinhamento com os interesses da metrópole. O PPD tinha como discurso, até então, a necessidade de criação das condições para a libertação de Porto Rico, mas nunca se colocando radicalmente a favor da independência. Nesse novo cenário, colocou-se claramente contra

a desassociação dos Estados Unidos, culminando, em 1946, na expulsão de todos os membros do Partido que fizessem parte do Congresso Pró-Independência (PANTOJAS-GARCIA, 1990).

A nova postura do Partido foi responsável pelo racha na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), entre um grupo que ficou submetido ao governo, limitando seu papel para reivindicações corporativas dos trabalhadores, e um outro, que tinha como pauta a luta contra o colonialismo. Por um lado, a ramificação dos trabalhadores em dois segmentos enfraqueceu o movimento dos trabalhadores; por outro, o controle sob o segmento governamental permitiu ao PPD colocar-se como representante legítimo da classe trabalhadora. A longo prazo, o enfraquecimento e o controle do movimento sindical serviram como incentivos para entrada do capital estrangeiro em Porto Rico.

A posição adotada pelo PPD foi fortalecida com a Lei 362, de 5 de agosto de 1947, que garantiu aos porto-riquenhos o direito de eleger seu governador. Aos poucos, a independência parecia ser cada vez menos importante para uma parcela da população. Em 3 de julho de 1950, foi aprovada a Lei 600, que declarava Porto Rico como Estado Livre Associado.

Não houve alterações profundas na relação entre Porto Rico e Estados Unidos. Pantojas-García, professor de Sociologia na Universidade de Puerto Rico, propõe que esse processo precisa ser compreendido como uma necessidade de reestruturação do imperialismo na Ilha e no mundo e que, apesar das novas vestes, a relação continente-ilha continuou sendo de tipo colonial. Ademais, o novo *status* teve como grande conquista simbólica a legitimidade dos EUA, vez que o domínio colonial passou a ser entendido como um pacto consentido pela população porto-riquenha (PANTOJAS-GARCIA, 1990).

Reprodução e capital: considerações metodológicas

Como proposto aqui, é preciso compreender as políticas de controle reprodutivo impostas às porto-riquenhas no contexto específico vivido por esse território. Ademais, ter como premissa a relação medular entre capitalismo e patriarcado é central para compreender as formas pelas quais a questão reprodutiva se

relacionou com as necessidades capitalistas da ilha, determinadas pelo imperialismo dos EUA, ou, ainda, como o corpo feminino caracterizou-se e se caracteriza como um território de exploração, conquista e acumulação de capital.

A reprodução, isto é, a procriação e criação da família, é questão de primeira importância àqueles que pretendem estudar as mulheres no contexto do capitalismo e do próprio funcionamento desse sistema. É preciso ter em conta que o trabalho reprodutivo contempla não apenas a reprodução biológica da vida, mas também tudo o que se faz necessário para a sobrevivência dessa vida: cuidado com a casa, alimentação, educação e, inclusive, o afeto.

O que se tem lançado luz desde a década de 1960 é que o ato de reproduzir a vida no capitalismo consiste em um trabalho não remunerado, que serve de sustentáculo à acumulação de capital. Esses estudos buscam compreender como a mulher foi, historicamente, condenada por um destino biológico à condição de mãe, além do processo de naturalização e ocultamento do trabalho reprodutivo e, ainda, das formas pelas quais o Estado interferiu e continua interferindo no controle das mulheres sobre seus próprios corpos.

Cabe ainda ressaltar que, conforme demonstram as pesquisas das autoras que serão trabalhadas nessa seção, com o surgimento da família burguesa e a ascensão do capitalismo, o trabalho reprodutivo tornou-se primordialmente restrito ao âmbito doméstico, realizado isoladamente pelas mulheres da família. Por isso, nossas apreciações sobre o tema também estarão primordialmente centradas ao trabalho reprodutivo-doméstico.

Autoras como Silvia Federici e Roswitha Scholz são algumas das teóricas que buscam analisar o nexos entre capitalismo e subjugação feminina. Ambas se utilizam dos referenciais e das categorias do marxismo como ponto de partida e de diálogo para suas teorizações, e compreendem a esfera da reprodução como pilar constitutivo do capitalismo.

Silvia Federici, intelectual italiana e militante feminista, em sua obra *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), se debruça sobre a questão da reprodução no momento de “transição” para o capitalismo. A obra de Karl Marx é um grande referencial para a autora, entretanto, as omissões em relação às mulheres e ao

trabalho reprodutivo foram o que a motivaram a repensar sua tese. Assim, dedica-se a reexaminar o processo de acumulação primitiva e a importância da divisão sexual do trabalho, hierarquicamente constituída para o pleno desenvolvimento do capitalismo. Tendo como marcos temporais o momento de ruptura com a sociedade feudal, a derrota do projeto camponês e o início do capitalismo, e com enfoque no ponto de vista da mulher, a obra tem como objetivo demonstrar dois argumentos, a seguir detalhados.

No primeiro, demonstra que a subjugação da mulher no capitalismo não é uma herança pré-moderna dos tempos das trevas, nem mesmo uma estrutura transhistórica não resolvida, mas que, no capitalismo, o patriarcado foi reconstruído sob bases pré-existentes, configurando uma nova forma de subordinação para atender novas necessidades e funções sociais.

Já o segundo argumento diz respeito à condição estruturante da subjugação feminina para constituição e funcionamento do modo de produção capitalista. Conforme demonstra em suas obras, “o capitalismo precisa do machismo e do racismo como elementos estruturais”. O assalariamento no início do capitalismo criou uma hierarquia na qual a mulher ocupava o último posto. Esse estado foi constituído através da separação dos âmbitos da produção (de mercadorias) da reprodução (da força de trabalho), tornando possível uma acumulação ampliada através de um uso capitalista do trabalho feminino.⁵

Para compreender como se deu esse processo, Federici (2017) dedica várias páginas para demonstrar os meios pelos quais o trabalho reprodutivo foi naturalizado e feminizado, a ponto de se tornar uma “vocação materna”, ocultando todo o valor produzido pelas mulheres. A mulher mãe, confinada ao espaço privado, também foi uma criação histórica do período de transição para a Era Moderna. Foi preciso, principalmente, tornar o corpo feminino e a reprodução territórios de exploração capitalista e de controle Estatal, destituindo a mulher de qualquer controle reprodutivo.

5 Ainda que seja difícil quantificar o trabalho reprodutivo, segundo dados divulgados no relatório da Oxfam *Recompensem o Trabalho, Não a Riqueza*, publicado em janeiro de 2018, “as mulheres fornecem, anualmente, US\$ 10 trilhões em cuidados não remunerados para sustentar a economia global” (OXFAM, 2018, p. 8).

Foi no século XVI que a procriação se tornou, pela primeira vez, assunto de Estado. Para garantir uma alta taxa de natalidade e dissolver o poder que as mulheres possuíam sobre seus corpos, criou-se uma legislação que estipulava como crimes reprodutivos qualquer prática anticonceptiva ou abortiva, condutas toleradas durante toda a Idade Média. Ademais, as gestações passaram a ser registradas e parteiras foram substituídas por médicos homens. Consequentemente, alienou-se a mulher de seu próprio corpo, limitando-a a uma máquina reprodutiva e dissolvendo toda uma rede feminina de conhecimento acerca do controle da procriação (FEDERICI, 2017).

A interferência histórica do Estado na reprodução inicia-se nos princípios da Era Moderna e se aprofundou com o passar dos anos. Pensar na atuação do Estado é essencial para compreender as motivações econômicas e ideológicas por trás das políticas de direitos reprodutivos nas sociedades modernas e contemporâneas, seja para incentivo ou não da procriação.

Em suma, sobre a referida obra, importa as seguintes premissas: I. a subjugação feminina, que se deu em diferentes frentes, mas principalmente através da exclusão da mulher do trabalho assalariado e da sua condenação ao trabalho reprodutivo-doméstico não remunerado, foi imprescindível para a acumulação primitiva de capital e ainda consiste em um dos sustentáculos do capitalismo; II. o trabalho reprodutivo produz valor na medida que reproduz mão de obra; III. considerando que a sociedade europeia (objeto de qual parte sua análise) é apenas no momento de transição para o capitalismo, que os direitos femininos se tornam assuntos de Estado, submetidos a leis e a restrições sem precedentes – é nesse contexto, por exemplo, que se criminaliza o aborto pela primeira vez; IV. A acumulação capitalista é um fenômeno continuado e, nos momentos de suas novas rodadas, as mulheres são submetidas a outras formas de opressão.

Roswitha Scholz, escritora e feminista alemã, é referência nos estudos de reprodução capitalista por conta de sua elaboração da teoria do dissociado do valor. Membro do grupo alemão *Krisis*, de tradição “revisonista” à teoria do valor de Marx, Scholz critica duramente a teoria marxista centrada no trabalho assalariado e na categoria do

valor como um conceito transhistórico e androcêntrico. Sua primeira aproximação com a teoria da dissociação-valor está contida no artigo de 1992 intitulado “O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”, publicado na Revista *Krisis*. Mais tarde, desenvolveu sua teoria no livro *O Sexo do Capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado*, de 2000.

Scholz se propõe a discutir os problemas de correlação entre capitalismo e patriarcado, criticando a solução feminista para o paradigma, na qual o trabalho doméstico é compreendido sob a mesma perspectiva do trabalho abstrato.

Segundo a bibliografia marxista, o trabalho abstrato consiste no dispêndio de energia socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. O valor, por sua vez, consiste na quantidade de trabalho abstrato contido na mercadoria. O processo de produção de mercadorias no capitalismo acontece isoladamente, em propriedades privadas, para mercadores anônimos, de modo que a relação entre as coisas parece substituir a relação entre as pessoas, isto é, há uma reificação das relações pessoais. Conhecemos este fenômeno como fetichismo da mercadoria.

A crítica de Scholz às feministas que utilizam o repertório marxista e apenas o aplica para o patriarcado coloca em evidência a possibilidade de uma reificação do trabalho reprodutivo, sendo compreendido como parte do processo de produção de mercadorias.

A autora prossegue em sua crítica à teoria de valor, na medida em que é sexualmente neutra, isto é, não leva em consideração o trabalho feminino ocultado na produção de mercadorias:

continua a não se ter em conta que no sistema produtor de mercadorias também tem de ser feita a lida da casa, tem de se educar os filhos, cuidar dos doentes e incapazes etc., tarefas que habitualmente são atribuídas às mulheres e não podem ser, pelo menos exclusivamente, tratadas de modo profissional. (SCHOLZ, 2000)

Logo, o trabalho reprodutivo não pode ser quantificado da mesma forma que o trabalho abstrato na teoria do valor, mas ao mesmo tempo, esse trabalho existe e é constitutivo do processo de produção capitalista. É a partir dessa contradição teórica que Scholz (2000) elabora o seu conceito de dissociação-valor:

no conjunto do relacionamento social no capitalismo [...] verifica-se uma dissociação especificada sexualmente, mediada dialeticamente com o valor. O dissociado não é nenhum simples 'sub-sistema' desta forma (como por exemplo o comércio externo, o sistema jurídico ou até a política), mas é essencial e constitutivo da relação social total. (SCHOLZ, 2000)

Dessa forma, tem-se que dissociação e valor incidem reciprocamente um sobre o outro. Está contido na dissociação o valor e vice-versa, mas um não corresponde ao outro, ou seja, estão relacionados dialeticamente. Aqui, valor e dissociado podem ser alternativamente lidos como um valor e um "antivalor" – não no sentido de Francisco de Oliveira, que usa o termo basicamente como sinônimo de salário indireto, mediado não pelo mercado e sim pelo Estado (OLIVEIRA, 1997) – porque são externos à relação imediata entre os capitais individuais e a força de trabalho, mas internas do ponto de vista da acumulação do capital social total, a qual se dá em escala mundial.⁶

Um fator relevante de seu conceito é o caráter psicossocial e cultural do dissociado do valor. Na modernidade patriarcal, não apenas foram depositadas tarefas específicas às mulheres, como também sentimentos e qualidades biologicamente determinados. Logo, é essa dimensão psicossocial que torna "difícil distinguir com exatidão entre o que é atividade obrigatória e manifestação existencial da vida" (SCHOLZ, 2000), tornando, assim, mais difícil de determinar, na experiência feminina, onde começa e onde termina seu trabalho.

Seu programa teórico, consiste, assim, em produzir uma nova compreensão da socialização capitalista, de forma a compreender a cisão provocada pelo patriarcado não como um apêndice ou um acréscimo externo, mas como uma transformação qualitativa na própria teoria do valor, em que contenha, em si mesmo, a crítica ao patriarcado.

É importante sublinhar que os trabalhos de Federici e Scholz possuem espaço e tempo determinados – a Europa no início da Era Moderna –, e que, em outras partes do mundo, as condições

⁶ Isso reforçou a importância das atividades consideradas improdutivas do ponto de vista imediato do capital e exige uma rediscussão da pertinência e atualidade do conceito de trabalho produtivo. (SECCO, 1995).

de conformação da estrutura e exploração capitalista aconteceram de forma diversa, mantendo, no entanto, uma separação sexual do trabalho, na qual a mulher ficou responsabilizada pela reprodução da vida.

Em Porto Rico e em outras partes da periferia do capital, no entanto, a qualidade de trabalhadora fora de casa foi condição de existência para grande parte das mulheres negras, pobres e não pertencentes a uma elite que poderia sustentar-se sem o trabalho feminino remunerado. Nesse sentido, é imprescindível dizer que existem materialmente distintas condições de se ser mulher no mundo, mas que os fenômenos explorados pelas autoras nos servem para apreender as raízes de uma exploração que condiciona o trabalho reprodutivo enquanto atividades pertencentes à natureza feminina.

Ainda, a condição da periferia, de um território, sempre foi a de funcionar como mercado exterior ao modo de produção capitalista do centro (GOMES, 2018). Similarmente, Federici e Scholz demonstraram que os corpos de mulheres e escravizados também foram colonizados (SECCO, 2020) e, nesse aspecto, o Estado tem papel central.

O Estado deve ser entendido como o conjunto dos aparelhos de dominação de classe, raça e gênero, e por isso atua – de forma mais ou menos incisiva – sobre o corpo feminino, com finalidades definidas. Estas, no entanto, não são puramente econômicas, porque o Estado é também a unidade dialética entre o poder governativo e a sociedade civil (GRAMSCI, 1975). Assim, o conjunto dos aparatos de hegemonia garante que aquelas finalidades sejam mais que uma imposição, mas também uma crença que se cristaliza no senso comum.

Sendo assim, para compreender especificamente o processo que levou Porto Rico a ser palco do maior caso de esterilização de mulheres, para além das outras formas de controle de natalidade testadas na ilha, é preciso olhar para o contexto a partir de uma dupla visão: os discursos eugênicos e neomalthusianos em voga no período que embasaram as políticas de controle reprodutivo, e as políticas e necessidades econômicas pautadas pelos Estados Unidos.

Racismo e superpopulação

No caso de Porto Rico, a subjugação feminina não pode ser compreendida senão por sua inserção no contexto internacional de dominação política e de dependência econômica. Para essa compreensão a nível político e cultural, a obra de Laura Briggs, *Reproducing Empire: Race, Sex, Science and US Imperialism in Puerto Rico* (2002), é leitura obrigatória. A autora examina as mudanças que o colonialismo praticado pelos Estados Unidos em Porto Rico provocaram no que tange à questão da reprodução e da sexualidade feminina. Briggs trabalha a reprodução e a sexualidade como fatores fundamentais da dominação e como, em Porto Rico, a ideia de um comportamento sexual inadequado fez o colonialismo possível e justificável.

Muito da narrativa construída acerca da relação ilha-continente se debruça em duas temáticas: direito das mulheres e progresso científico. O discurso adotado pelos Estados Unidos o coloca como salvador, responsável pelas melhorias na saúde, no desenvolvimento e na condição feminina na ilha, constituindo uma narrativa da necessidade da interferência estadunidense, e introduzindo “novas tecnologias” de controle de natalidade que libertariam as mulheres e tiraria a ilha da pobreza e do subdesenvolvimento. A concepção intervencionista estava baseada em uma “diferença”, criada e reproduzida pelos estadunidenses, entre os moradores da ilha e os moradores do continente, ora é expressa com horror, ora com piedade, colocando os EUA no seu suposto papel messiânico (BRIGGS, 2002).

O livro de Briggs parte de três premissas fundamentais: 1. o colonialismo não é uma série de eventos isolados, mas um sistema coordenado e organizado; 2. a vida privada é uma esfera política relevante e a forma de organizar a sexualidade implica, necessariamente, na forma de organizar o Império, as políticas públicas e a força de trabalho; 3. o colonialismo não é apenas importante para se compreender a história de Porto Rico, mas é também essencial para se reconhecer a História dos EUA.

Ainda segundo a autora, as primeiras relações do Império com a sexualidade na ilha giraram em torno da prostituição, passando por duas fases marcantes: a da prostituta exótica para entreter

soldados estadunidenses, e a das prostitutas perigosas que ameaçavam a família tradicional e a saúde dos estadunidenses a partir da transmissão de “doenças tropicais”. Nesse segundo momento, as legislações pesadas e o encarceramento de prostitutas tiveram início na ilha.

Terminada a Primeira Guerra Mundial, o “problema” da mulher da classe trabalhadora descola-se da prostituição para as questões de reprodução e controle de natalidade. A necessidade de implementações de práticas anticonceptivas foi fundamentada por discursos oficiais eugênicos e, mais tarde, neomalthusianos, tanto na política como na ciência (BRIGGS, 2002).

Como vimos, no início do século XX, houve aprovações de leis eugênicas de contracepção por todo os Estados Unidos. A lei 136 de Porto Rico enumerava diversos casos, a respeito da condição dos progenitores, em que a prática de contracepção eugênica – incluindo aborto e esterilização – eram não apenas permitidas, como também recomendadas. Estes casos eram, por exemplo: pobreza orgânica, síndrome mental, vícios em drogas, criminosos, entre outros.

Os discursos eugênicos foram, aos poucos, dando lugar às teses neomalthusianas, ainda que estivessem intimamente conectados. Entre 1920 e 1930, o discurso neomalthusiano tornou-se decisivamente edificado pela noção de que existia uma sexualidade e reprodução exagerada das classes mais pobres. O argumento foi endossado por dezenas de estudiosos, de pesquisas estatísticas e de artigos de jornais, tornando-se, assim, uma verdade quase irrevogável.

A solução, portanto, era o controle de natalidade. Era preciso, acima de tudo, converter as mulheres porto-riquenhas a uma sexualidade menos lasciva e a um modelo familiar pautado no ideal da família burguesa. Essas mudanças seriam a salvação para a pobreza e subdesenvolvimento de Porto Rico (BRIGGS, 2002).

No entanto, essa “verdade” teve de sobreviver a estudos que comprometiam a veracidade da tese da superpopulação, apontando a insuficiência da retórica neomalthusiana de explicar a causa da pobreza na ilha. Segundo Laura Briggs (2002), estudos revelaram que, na década de 1920, a população insular estava crescendo, mas a renda per capita também. Entre 1940 e 1944, a renda per

capita dobrou e, até 1952, triplicou – ascensão muito maior que o crescimento populacional. Entretanto, conforme argumenta a autora, os dados não foram suficientes para arrebatá-lo o argumento da sexualidade descontrolada dos porto-riquenhos que, apesar de contraditório, permaneceu forte por muitos anos na ilha.

Após a Segunda Guerra Mundial, os países do chamado Terceiro Mundo passaram para o centro da cena dos problemas globais a serem resolvidos. O clima anticomunista, instaurado na Guerra Fria, via na pobreza dos países periféricos uma ameaça para a expansão comunista. É nesse contexto, então, que o colonialismo deu lugar a um desenvolvimento patrocinado em Porto Rico como forma de solucionar os problemas gerados pela pobreza e conter a ameaça comunista. Esse desenvolvimento incluía não apenas os incentivos fiscais para industrialização, mas também o financiamento e os testes de práticas contraceptivas (BRIGGS, 2002).

O discurso neomalthusiano de superpopulação revigora-se no pós-guerra. Essa narrativa não era nova na ilha, mas tornou-se internacionalmente mais forte depois que a eugenia passou a ser desqualificada após as divulgações das atrocidades nazistas. A narrativa era pautada tanto pelas questões de classe (demasiada reprodução entre a classe trabalhadora) e de gênero, de forma que a mãe operária aparecia como um gasto governamental muito grande para o Estado. Logo, a culpa da superpopulação (e, por conseguinte, da pobreza) configurava-se, principalmente, na mulher trabalhadora, mãe de grandes famílias (BRIGGS, 2002).

Esse discurso, endossado por inúmeros jornais e autoridades da ciência e da política, criou as condições para uma pressão cada vez maior para investimentos em práticas de controle de natalidade. As novas fábricas, fundadas sob a *Operación Manos a la Obra*, passaram a contratar cada vez mais mulheres jovens, influenciando o limite de fertilidade entre as mulheres trabalhadoras (ACEVEDO, 1990; BRIGGS, 2002).

O processo de desenvolvimento industrial aumentou ainda mais a influência econômica do continente na ilha. Em 1942, foi aprovada a primeira lei que iniciou um programa sistemático de industrialização patrocinada pelo Estado, tendo como estratégia a substituição de importações (ACEVEDO, 1990).

Este modelo foi adotado no contexto de contenção gerada pela Segunda Guerra Mundial. Entretanto, passada a guerra, a industrialização patrocinada pelo Estado foi substituída por uma outra, baseada em incentivos para investimentos privados, que foi divulgada em 1947 pelo PPD com o mote “*Operación Manos a la Obra*”. A *Operación* teve como base quatro leis de incentivos industriais que tinham, como principal objetivo, atrair o capital privado estadunidense para o setor industrial da ilha. São elas:

- a) lei 184, que vigorou entre 1947 e 1959. Oferecia 100% de isenção fiscal sobre propriedade e renda. Essa lei serviu para atrair, principalmente, indústrias de trabalho intensivo, tais como: vestuário, têxtil, alimentos, móveis, máquinas elétricas e produtos de metal;
- b) lei 6 (1953), que oferecia isenção de 100% do imposto de renda e do imposto sobre propriedade durante dez anos para as indústrias estabelecidas entre 1954 e 1963. Além daquelas atraídas pela lei anterior, também entraram para a lista as indústrias de processamento de alimento;
- c) lei 57 (1963), que oferecia a mesma isenção que a anterior, podendo durar 10, 12 ou 17 anos, dependendo da localização. Neste momento, as indústrias atraídas foram principalmente aquelas de capital intensivo, tais como: refinarias de petróleo, produtos químicos, produtos farmacêuticos e máquinas elétricas;
- d) Lei 26 (1978), que oferecia uma isenção parcial de 90% dos impostos por cinco anos, 75% pelos próximos cinco anos e 55% por até 15 anos, dependendo da localização. Neste contexto, foram atraídas indústrias farmacêuticas, de eletrônicos e de equipamentos e serviços de informática (ACEVEDO, 1990, p. 233).

Além das leis de incentivo fiscal, havia outras vantagens econômicas atrativas que foram amplamente divulgadas: abundância de mão de obra barata e fraca organização de trabalhadores (os sindicatos passaram a ser, nesse período, controlados pelo Estado); baixas despesas de instalações; e acesso livre ao mercado estadunidense devido ao livre comércio estabelecido entre o continente e a ilha (ACEVEDO, 1990; PANTOJAS- GARCIA, 1990).

A industrialização de Porto Rico, compreendida entre 1947 e 1982, pode ser dividida em dois estágios diferentes. As duas primeiras leis (Leis 184 e 6), que compreenderam o período de 1947 a 1963, atraíram principalmente as indústrias de trabalho

intensivo e, com isso, empregou-se, sobretudo, mão de obra barata. A partir de meados da década de 1960, entretanto, novas condições econômicas (aumento do salário-mínimo e aumento no custo do transporte entre EUA e Porto Rico) fizeram com que a atratividade passasse da indústria leve para a pesada, de capital intensivo (ACEVEDO, 1990; PANTOJAS- GARCIA, 1990).

A bibliografia apresenta uma mudança importante na composição da mão de obra porto-riquenha durante esse período, especialmente na primeira fase da operação, quando as esterilizações aumentam exponencialmente. A correlação desses dois eventos é complexa e nebulosa; entretanto, a análise da composição da mão de obra, bem como, a consideração da bibliografia, nos trazem alguns dados que merecem atenção.

Industrialização, emprego feminino e esterilização

A partir dos dados apresentados e das considerações abarcadas na bibliografia, é possível dividir o processo de esterilizações em dois momentos distintos: um primeiro, no qual as esterilizações foram feitas de forma reduzida e alicerçadas em pressupostos eugênicos; e um segundo, no pós guerra, quando os discursos eugênicos, agora repudiados internacionalmente, deram lugar às manifestações sobre a necessidade de controle populacional que, somado ao desenvolvimento industrial, resultaram em mais de um terço das mulheres esterilizadas.

Entre 1948 e 1965, foram abertas aproximadamente 1.027 novas unidades fabris manufatureiras (GORMLEY, 1995). Nesse mesmo período, houve um escalonamento considerável nas operações de esterilização. Como vimos antes, em 1948, o número de mulheres esterilizadas era de aproximadamente 7%; em 1953, era de 16,5%; e, em 1968, atinge-se 35,3% de mulheres esterilizadas (CALZADA, 1973). Ou seja, as esterilizações tornaram-se, de fato, massivas a partir de meados da década de 1950, quando a industrialização estava a todo vapor.

Além das esterilizações, entre as décadas de 1940 e 1950, diversas tentativas de programas de controle reprodutivo ocorreram em Porto Rico. Em 1956, John Sunnen lança o *Emko Program*,

que visava distribuir as primeiras pílulas anticoncepcionais desenvolvidas, transformando Porto Rico em um laboratório de testes do novo produto (BRIGGS, 2002; MASS, 1977).

Pantojas-Garcia argumenta que, para as mulheres, o processo de industrialização teve consequências importantes, que englobaram tanto políticas de emigração quanto planejamento familiar. Segundo ele,

o governo do PPD criou um programa experimental para treinar mulheres porto-riquenhas pouco qualificadas no serviço doméstico, para serem colocadas em empregos nos Estados Unidos. Para as trabalhadoras que ficaram na ilha, as fábricas promovidas pela Fomento forneceram educação em planejamento familiar como parte de seus serviços de saúde. Todos os métodos de controle de natalidade, especialmente a esterilização, foram incentivados (PANTOJAS-GARCIA, 1990, p. 92).

Por um lado, as mulheres desempregadas foram deslocadas para trabalhar nos Estados Unidos; por outro lado, havia um programa de educação familiar e de incentivo à esterilização e a outros métodos contraceptivos associado diretamente ao trabalho nas fábricas, o que endossa a hipótese deste trabalho.

Bonnie Mass e Susan Enberg, pesquisadoras das esterilizações em Porto Rico, argumentam que as políticas de controle de natalidade foram um dos pilares da Operação *Bootstrap*. Elas apontam para a rápida incorporação de mulheres na primeira fase do processo de industrialização, sobretudo na manufatura. Afastadas das tarefas do lar, elas poderiam compor, como mão de obra barata, a força de trabalho das indústrias que estavam sendo implantadas (MASS, 1977; ENBERG, 2013). Segundo Briggs, as novas “fábricas empregavam um número desproporcional de mulheres. O número de mulheres empregadas na ilha aumentou em média 21% por década entre 1940 e 1960” (BRIGGS, 2002, p.110).

Luz del Alba Acevedo (1990), que pesquisou o impacto da industrialização no emprego feminino em Porto Rico, traz elucidações importantes. De início, cabe apontar que, ao contrário do que pode se esperar, com o processo de industrialização, houve uma diminuição na oferta de empregos em Porto Rico. Entre 1947

e 1982, houve um aumento médio de apenas 3 mil empregos por mês, isto é, uma média de 0,6% ao ano. Na tabela 1, é possível verificar as médias entre 1950 e 1982. Os dados sugerem que, nas baixas de emprego, as mulheres foram menos afetadas negativamente em comparação com os homens.

Tabela 1 -Taxa média de crescimento do emprego em Porto Rico por sexo: 1950-1982

Período	Emprego Total (%)	Feminino (%)	Masculino (%)
1950-59	-0,7	0,1	-1,0
1960-69	2,3	3,9	1,7
1970-79	0,9	2,0	0,4
1980-82	-1,8	-0,5	-2,6
1950-82	0,6	1,7	0,1

Fonte: Puerto Rico Departamento del Trabajo, 1983 (*apud* ACEVEDO, 1990).

A ideia de que as mulheres foram menos prejudicadas é reforçada pelas taxas médias de participação na força de trabalho. Segundo a autora, “o nível de participação do trabalho feminino permaneceu em torno de 27% a 28%, enquanto a taxa média de participação masculina diminuiu de 82% para 59%” (ACEVEDO, 1990, p. 235).

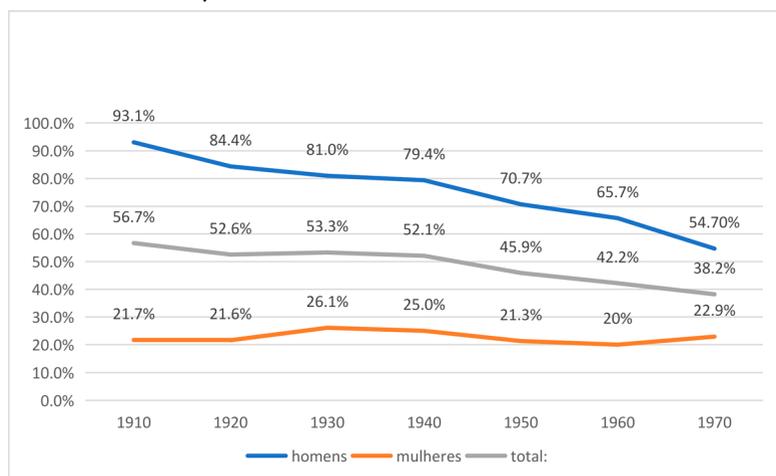
Esse panorama sugere uma possível “vantagem” feminina na competição da força de trabalho, uma vez que sua participação continuou estável, enquanto a dos homens declinou. Entretanto, essa suposta vantagem competitiva reside na posição inferior que a mulher ocupa na sociedade, constituindo uma “fonte considerável de mão-de-obra barata para as indústrias recém-estabelecidas” (ACEVEDO, 1990, p. 235). Essa condição é também fruto de uma participação inferior de mulheres nos sindicatos e movimentos de trabalhadores, o que fez com que fossem uma mão de obra ainda mais atrativa que a masculina (*ibidem*).

Os dados tornam visíveis que a industrialização fracassou em expandir as oportunidades de emprego, uma vez que a taxa percentual da população que participava da força de trabalho caiu. Isso se explica na medida que

os ganhos de emprego no setor manufatureiro não compensaram as rápidas perdas no emprego agrícola. Isso estimulou o crescimento de um exército de trabalho industrial de reserva que agravou o problema já existente de excesso de trabalhadores. Na realidade, o que aconteceu não foi que a situação de emprego das mulheres melhorou em relação à dos homens, mas que se deteriorou menos. (ACEVEDO, 1990, p. 235)

Em nossa pesquisa nos censos demográficos de Porto Rico, foi possível estabelecer a seguinte tendência em relação à participação da população na força de trabalho, demonstrada no Gráfico 1:⁷

Gráfico 1: Participação da população na força de trabalho por sexo: Porto Rico, 1910-1970



Fonte: U.S Bureau of the Census, 1940-1970.

⁷ Duas colocações sobre os dados: 1. as porcentagens são referentes à parcela da população economicamente ativa (maiores de 14 ou 16 anos, variando para cada censo) que compunha a força de trabalho; 2. Os censos trabalham com categorias de empregos formais. O aumento do trabalho informal pode ser, portanto, uma, dentre as variadas causas, que fizeram diminuir os números de pessoas empregadas. (ACEVEDO, 1990; PANTOJAS-GARCIA, 1990).

As taxas de participação encontradas, relacionadas à força de trabalho por sexo entre 1910 e 1970, corrobora com os dados apontados por Acevedo, mostrando que, apesar da queda da participação total na força de trabalho, a porcentagem feminina permaneceu mais ou menos estável. Ou seja, a taxa de participação feminina em relação à masculina cresceu, mesmo que não em números absolutos.

Outro dado marcante encontrado nos censos é que, durante as décadas de 1940 e 1950, as mulheres eram maioria nas indústrias. Em 1940, por exemplo, eram 63.753 mulheres registradas como operárias ou semelhantes; entre os homens, esse número era de 27.898. Em 1960, os homens ultrapassaram as mulheres na participação industrial. Essa mudança pode estar relacionada com o início do segundo estágio da industrialização que, ao requerer mão de obra especializada, contou com uma força de trabalho majoritariamente masculina (ACEVEDO, 1990; PANTOJAS-GARCIA, 1990).

Começou a se configurar, na década de 1960, uma nova divisão sexual do trabalho, em que a mulher deixou de ser predominante na manufatura, ainda que a maior parcela das trabalhadoras ainda estivesse concentrada nessa ocupação. A partir de 1950, e principalmente depois de 1960, as mulheres encontraram novas oportunidades como trabalhadoras profissionais, administrativas ou em serviços, apontando para um aumento do terceiro setor e das classes médias no segundo estágio da Operação *Bootstrap*. Todavia, elas continuaram a ocupar majoritariamente cargos compreendidos como “tipicamente femininos”: empregadas domésticas, professoras, enfermeiras, assistentes sociais, secretárias, cozinheiras etc. (ACEVEDO, 1990).

O controle reprodutivo como “requisito” para o emprego dessas mulheres como mão de obra em Porto Rico não é facilmente comprovado por dados estatísticos. Ademais, das pistas deixadas pela bibliografia, podemos presumir que uma mãe de família grande, como eram a maioria das famílias porto-riquenhas, teria pouca possibilidade de trabalhar fora de casa. Esterilizada e com menos filhos, no entanto, a questão era facilmente resolvida com a dupla jornada feminina.

A questão do controle de natalidade – tanto as esterilizações como os testes de novos produtos contraceptivos – no contexto porto-riquenho, em última análise, contribuiu

para o lançamento de uma nova forma de poder internacional e relações entre os Estados Unidos e Terceiro Mundo: a do desenvolvimento econômico[...]. O desenvolvimento na ilha caracterizou-se, por um lado por um programa de industrialização e, por outro, pelos programas de controle populacional que faziam da mulher alvo principal. (BRIGGS, 2002, p.140)

O que a história nos mostra é que a reprodução foi assunto primordial em todos os âmbitos dos processos políticos e econômicos em vigência em Porto Rico a partir de meados do século XX. Apesar da História das Mulheres estar cada vez mais consolidada na historiografia, a área da reprodução ainda é pouco explorada, mas vem se mostrando cada vez mais central na compreensão da opressão feminina na sociedade capitalista.

Política oficial de controle populacional?

Falta analisar qual foi o papel efetivo do Estado na aplicação e na facilitação das medidas de controle reprodutivo em Porto Rico. A principal discordância na bibliografia se refere à existência ou não de uma Campanha Oficial do Estado para a esterilizações de mulheres. Bonnie Mass defende a ideia de uma Campanha Oficial, a caracterizando como um “genocídio do nascimento” (*birth genocide*, em inglês). Sunsan Enberg reforça o argumento de Mass e, a partir de um debate no campo da bioética sobre consentimento e coerção, afirma que a soberania dos corpos femininos foi violada (ENBERG, 2013).

Laura Briggs discorda dessa posição. Para ela, essa bibliografia endossa a narrativa de grupos ativistas que apontavam Porto Rico como um “estudo de caso exemplar de como o controle de natalidade pode ser usado para a engenharia social capitalista com fins racistas” (BRIGGS, 2002, p. 143). Sua principal objeção é a retirada da agência da mulher porto-riquenha, uma vez que o fenômeno das esterilizações aparece, para essas autoras, como um plano, por vezes masculino, por vezes imperialista, do qual as mulheres porto-riquenhas são meras vítimas.

Apesar de afirmar não existir uma política oficial de esterilização em Porto Rico, a autora afirma ter existido no Hospital Presbiteriano de Porto Rico, em 1947, uma política extraoficial na qual o hospital recusava a atender mulheres em seu quarto parto, a não ser que essas concordassem com a esterilização. Tal ação provocou, em suas palavras, “apenas” 263 operações por ano. Além disso, no final da década de 1960 e durante a década de 1970, o estado porto-riquenho tornou a operação gratuita. Sobre isso, Briggs afirma que é

possível e provável que a política governamental nestes anos tenha influenciado as decisões das mulheres a serem esterilizadas, especialmente porque este período correspondia entrada rápida de mulheres na força de trabalho da fábrica. Essa limitada alegação - de que a esterilização era fácil de obter e, possivelmente, até mesmo indevidamente solicitada às mulheres da classe trabalhadora em hospitais municipais por um período de menos de cinco anos - é, penso eu, o único caso plausível que pode ser utilizado para a tese de esterilização como controle social (BRIGGS, 2002, p.158).

A bibliografia contestada por Briggs, todavia, traz dados consistentes para argumentar a existência de uma Campanha Oficial. No final da década de 1930, 53 clínicas de controle de natalidade foram abertas. Na década de 1950, o governador de Porto Rico, com o suporte e financiamento dos EUA, promoveu a abertura de 160 clínicas privadas de controle de natalidade e de muitos pequenos hospitais com o intuito específico de realizar esterilizações. Nesse mesmo período, a *Asociación Puertorriqueña del Bienestar de la Família* também foi responsável pela abertura de clínicas para controle de natalidade. Para o reconhecimento das instituições de saúde, o Comitê Conjunto de Acreditação Hospitalar de Porto Rico exigia que um mínimo de 10% dos procedimentos realizados nas instituições de saúde fossem esterilizações (MASS, 1977).

A distribuição de pílulas pelo *Emko Program*, subsidiada pelos Estados Unidos, atingiu aproximadamente 100 mil mulheres. Há registros, ainda, que apenas no *Ryder Memorial Hospital*, seis variedades de pílulas diferentes foram testadas, e o DIU foi implantado em, pelo menos, 1.700 mulheres (MASS, 1977).

No documentário *La Operación* (1983), sobre as esterilizações em Porto Rico, Helen Rodriguez-Trias, pediatra estadunidense e ativista dos direitos das mulheres, traz uma elucidação conceitual acerca dos termos 'controle populacional' e 'controle de natalidade'. Segundo ela, o controle de natalidade está associado ao direito de escolha (e possibilidade de reversibilidade, caso seja essa a vontade), enquanto o controle populacional é uma política institucional vertical que acredita que certas pessoas não devem ter filhos.

Susan Enberg traz outra dimensão do debate importante para se pensar o caso de Porto Rico enquanto uma forma controle populacional, isto é, de uma política de cima para baixo. Enberg, ao tratar da questão bioética do consentimento, enumera uma série de possibilidades que fizeram essas mulheres "concordarem" com o procedimento: coerção dos médicos; ausência de programas sociais; e a não informação da natureza do procedimento (foram muitos os casos em que as mulheres não sabiam ao certo o que significava ser esterilizada). Além dessas formas de consentimento duvidoso, argumenta haver relatos de mulheres que não foram, de forma alguma, consultadas em relação à cirurgia. No documentário supracitado, há relato de mulheres operadas que corroboram com a narrativa de Enberg. Os relatos vão desde mulheres que não sabiam que o procedimento era irreversível, até outras que não foram consultas ou que a autorização fora feita por seus maridos, e não por elas.

Considerações finais

Tendo em vista os dados e a bibliografia aqui mencionados, torna-se difícil acreditar que não houve uma campanha, patrocinada pelo Estado, para o controle reprodutivo. Não por acaso, se atinge o número de mais de um terço da população feminina da ilha, configurando o maior caso de esterilização em massa da História, para além dos outros métodos testados na região. Sendo assim, podemos afirmar sem receios que houve, em Porto Rico, uma política de controle populacional impulsionada pelo Estado, com motivações de âmbito econômico, político e ideológico.

A relação, ainda que subterrânea, entre imperialismo, capitalismo e o controle populacional é um ponto de vista primordial para

se pensar quanto ao domínio dos corpos femininos nas sociedades contemporâneas. As mulheres da classe trabalhadora, sendo necessitadas para trabalharem fora de suas casas, tiveram de “parar de serem mães” ou, pelo menos, tiveram de ser mães de famílias menores, que se encaixavam melhor no padrão de família difundido pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a diminuição da taxa de natalidade se apresentava como solução para tamanha pobreza daquela sociedade. As mulheres porto-riquenhas, vistas ora como vítimas do atraso de Porto Rico, ora como as responsáveis pelos problemas da Ilha, sofreram na própria pele com uma decisão política imperial e racista.

Por fim, o tema do controle reprodutivo ilumina as diferentes manifestações que o patriarcado pode ter na sociedade capitalista. O caso de Porto Rico, apesar de um dos mais paradigmáticos, é apenas um dentre dezenas de outras histórias de controles populacionais exercidos pelos Estados Nacionais. Investigar as formas de subjugação feminina na sociedade contemporânea é compreender de forma mais global as dinâmicas perversas do capitalismo que, além de colonizar terras, coloniza corpos.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Luz del A. Industrialization and Employment: Changes in the Patterns of Women’s Work in Puerto Rico. **World Development**, Chicago, v.18, n.2, p. 231-255, feb. 1990. Disponível em: <http://sociales.uprrp.edu/INDUSTRIALIZATION-AND-EMPLOYMENT.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ADDRESS of Vice President Roosevelt, Minnesota State Fair, Minneapolis, Sept. 2Nd, 1901 (Theodore Roosevelt Collection. MS Am 1834 (1084). Harvard College Library).

BRIGGS, Laura. **Reproducing Empire**: race, sex, science, and U.S. imperialism in Puerto Rico. Los Angeles: University of California Press, 2002.

CALZADA, J. V. La esterilización femenina en Puerto Rico. **Revista de Ciencias Sociales**, San Juan, v. 17, n. 3, p. 281-308, jan.1973. Disponível em: <http://revistas.upr.edu/index.php/rcs/article/view/8787>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DÖNMEZ, Sevgül. Fertility control: sterilization. **Multidisciplinary Health Sciences Studies**, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324773097_FERTILITY_CONTROL_STERILIZATION_Fertility_Control_Sterilization_tubal_ligation_female_sterilization_vasectomy_vazektomi_tubal_ligasyon. Acesso em: 01 mar. 2021.

ENBERG, Susan G. Puerto Rico: Sterile Breeding Grounds for Coercion and Uniformed Consent. **Caribbean Quilt**, Toronto: University of Toronto, v. 3, 2013, p. 75-89.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

GERRING, John; ZIBLATT, Daniel; GORP, Johan Van; ARÉVALO, Julián. An institutional theory of direct and indirect rule, **World politics**, v. 63, n. 3, pp. 377 – 433, July 2011.

GOMES, Rosa. **Rosa Luxemburgo**: Crise e Revolução. São Paulo: Ateliê, 2018.

GORMLEY, Melissa. The Role of Fertility control in Socio-Economic Development. **Ex Post Facto**. São Francisco: San Francisco State University, v. IV, n. 2, 1995. Disponível em: https://history.sfsu.edu/sites/default/files/EPF/1999_Melissa%20Gormley.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

GRIMMET, Richard. Instances of Use of Armed Forces Abroad, 1798-2001. CRS Report for Congress, 2002.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Torinu: Riuniti, 1975.

LA OPERACIÓN. Direção: Ana Maria García. Puerto Rico: Latin American Film Project, 1983, 39 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3RPScdod6E>. Acesso em: 29 jun. 2020.

LENIN, Vladimir. **L'Imperialisme Dernière Étape du Capitalisme**. Paris: Librairie de L'Humanité, 1923.

MALDONADO-DENIS, M. O imperialismo e a dependência: o caso de Porto Rico. In: González Casanova, P. (org). **América Latina**: História de Meio Século. v. 4. Tradução de M. Bagno. Brasília: UNB, 1990.

MASS, Bonnie. Puerto Rico, a Case Study in Population Control. **Latin American Perspective** 4, n. 4, 1977, p. 66-81.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, CE, v.49, n. 1, p. 55-97, mar.-jun., 2018.

OXFAM INTERNATIONAL. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. UK: Oxfam GB, 2018. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacao/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/>. Acesso em 29 jun. 2020.

OLIVEIRA, F. de. Entrevista com o sociólogo Francisco de Oliveira [1 mar. 1997]. **Teoria e Debate**, São Paulo, ed. 34. Entrevista concedida a Fernando Haddad. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1997/03/01/chico-oliveira/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

OUR WORLD IN DATA. **World Population Growth**, 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/world-population-growth>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PANTOJAS-GARCÍA, E. **Development Strategies as Ideology: Puerto Rico's Export-Led Industrialization Experience**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1990.

PORTO RICO. **Act n. 116, 15 maio 1937**. Disponível em: <http://dspace.cai.sg.inter.edu/xmlui/handle/123456789/10152>. Acesso em: 29 jun. 2020.

RIVERA, A. Q. Porto Rico. In: Sader, E. e Jinkings, I. (Orgs). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SECCO, L. O Sentido da Informalidade. **A terra é redonda**, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-sentido-da-informalidade/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SECCO, L. Trabalho Produtivo e serviços educacionais. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 8, p. 59-67, 1995.

SHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Revista Krisis**, n. 12, 1992, pp. 19-52. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SHOLZ, Roswitha. **O Sexo do Capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado** [excertos]. 2000. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

STERN, Alexandra Minna. Eugenics, sterilization, and historical memory in the United States. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 23, supl. 1, p. 195-212, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702016000900195&lng=en&nr=m=iso. Acesso: 02 mar. 2021.

TORRES-RIVA, E. **Revoluciones sin cambios revolucionarios**. 2 ed. Guatemala: F&G, 2013.

U.S. BUREAU OF THE CENSUS. Census of population: 1940. **U.S. Department of Commerce**. Washington D.C: 1942. Disponível em: <https://censo.estadisticas.pr/censo-decenal/Puerto-Rico/1940>. Acesso em: 29 jun. 2020.

U.S. BUREAU OF THE CENSUS. Census of population: 1950. **U.S. Department of Commerce**. Washington D.C: 1951. Disponível em: <https://www.census.gov/library/publications/1951/dec/pc-06.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

U.S. BUREAU OF THE CENSUS. Census of population: 1960. **U.S. Department of Commerce**. Washington D.C: 1962. Disponível em: <https://censo.estadisticas.pr/censo-decenal/Puerto-Rico/1960>. Acesso em: 29 jun. 2020.

U.S. **Buck v. Bell**, 274 U.S. 200, 2 may 1927. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/274/200/case.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.